



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº. PMC/081/2022

PRC/042/2022

PMC/8924/2022

Inexigibilidade nº PMC/018/2022

O Município de Congonhas, como CONTRATANTE, com sua Prefeitura Municipal sediada à Pça. Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº 16.752.446/0001-02, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014 passa a integrar o presente contrato o Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Social, Gláucio de Souza Ribeiro, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, como CONTRATADA, **CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA**, com sede na Rua Armando Dias Pereira, 160, Bairro Adrianópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, CEP: 26.053-640, inscrita no CNPJ sob o nº 30.092.431/0001-96, neste ato representada por, Luiz Cristiano Vallim Monteiro portador do CPF nº 095.195.527-66 e RG nº 134.655, OAB/RJ, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLAUSULA I - DO OBJETO

1 – Aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes e espargidor não letais para ser utilizado pela Guarda Civil Municipal, conforme condições, quantidades e exigências neste instrumento.

Item	Ref.	Especificação dos Produtos	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Kit Operacional Z 2.0	Kit Operacional do Dispositivo Elétrico Incapacitante- SPARK Z 2.0 Composição do kit: 01 spark 2.0; 01 coldre spark polímero; 01 coldre cartucho polímero; 06 cartuchos de lançamento de dardos energizados- 6m; 01 bateria blindada BZ 2.0; 01 carregador de bateria CZ 2.0; 01 alvo; 01 maleta em polímero; 01 pendrive com manual do usuário Declaração de Exclusividade Nº SO56/21	50 un.	R\$ 5.536,04	276.802,00
02	GL-108 ADVANTA	Espargidor spray de agente pimenta ADVANTAGE MAX (coletivo)- Peso líquido: 450g- Formato: cilindro-material do corpo: alumínio-acionamento: manual,	5 un.	R\$ 719,20	R\$ 3.596,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

	GE-MAXI REF	por pressão do atuador, produz jato de spray, com alcance de 5,0 metros, contendo como agente ativo CAPSAICINA NATURAL. Não inflamabilidade atestada pelo CAEX, sistema de segurança: atuador que evita acionamento acidental, sistema de rastreabilidade por rádio frequência. Declaração de Exclusividade Nº S054/21			
03	GL-108CS MED I-REF	Espargidor spray de agente lacrimogêneo (CS) MED (INDIVIDUAL)- Peso: 125g- Formato: Cilindro- Material do corpo: Alumínio- Acionamento: Manual, por pressão do atuador. Produz jato spray, com alcance de 2,0 metros, contendo agente lacrimogêneo CS-ORTOCLOROBENZALMALONONITRILO. Não inflamabilidade atestada pelo CAEX, sistema de segurança: Atuador que evita acionamento acidental, sistema de rastreabilidade por rádio frequência. Declaração de Exclusividade Nº SO54/21.	50 uni.	R\$ 218,34	R\$ 10.917,00
04	GL-108 CS MAXI I-REF	Espargidor spray de agente lacrimogêneo (CS) MAX (COLETIVO)- Peso líquido: 450 g- Formato: Cilindro- Material do corpo: Alumínio- Acionamento: Manual, por pressão do atuador, produz jato de spray, com alcance de 5,0 metros, contendo agente lacrimogêneo CS-ORTOCLOROBENZALMALONONITRILO. Não inflamabilidade atestada pelo CAEX, sistema de segurança: Atuador que evita acionamento acidental, Sistema de rastreabilidade por rádio frequência. Declaração de Exclusividade Nº S054/21.	5 um.	R\$ 611,32	R\$ 3.056,60

CLAUSULA II – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

2.1. Os itens deverão ser entregues, em conformidade com o especificado na Cláusula Primeira, na Guarda Civil Municipal, sito à Avenida Padre Leonardo, nº 85, Centro, CEP: 36410-070.

2.2. O prazo para a contratada realizar as entregas é de até 180(cento e oitenta) dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e da Autorização do Exército (para os espargidores), a contar do que ocorrer por último.

2.3. Provisoriamente: mediante simples assinatura do servidor em canhoto de fatura ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

conhecimento de transporte, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

2.4. Definitivamente: mediante ateste na respectiva nota fiscal no prazo máximo de 15(quinze) úteis a contar do recebimento provisório, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste contrato, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do produto especificada.

2.5. O não cumprimento do contrato no que se refere ao objeto em conformidade com as especificações constantes no contrato, obriga a CONTRATADA a providenciar sob suas expensas os reparos, substituição do bem, no prazo de 30(trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, ficando o pagamento suspenso até a efetiva e regular entrega do objeto em condições de ser aceito.

CLAUSULA IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A despesa decorrente da contratação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Social

Unidade: 02 – Comando da Guarda Municipal

Atividade: 2204 – Apoio às atividades da Guarda Municipal

339030 – Material de Consumo

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Social

Unidade: 02 – Comando da Guarda Municipal

Atividade: 2204 – Apoio às atividades da Guarda Municipal

449052 – Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA VI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 12 meses, respeitando-se os diplomas legais, a jurisprudência e os princípios de direito.

CLÁUSULA VII – DO VALOR E PAGAMENTO

7.1 – O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ 294.371,60** (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

7.2 - O pagamento será contra entrega, conforme proposta apresentada pela empresa, juntamente com as cópias da CND do INSS, FGTS e CNDT. FGTS e CNDT.

7.3 – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666 de 1993.

7.5 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7 – Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.8 – Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize a situação fiscal.

7.10- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11- A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

8.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, a saber: **José Geraldo Gomes de Souza, Matrícula 58581.**

8.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;

8.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes em contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2 – O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.4 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.5 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no contrato, o objeto com avarias ou defeitos.

9.1.6- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.7. Indicar o preposto para representa-la durante a execução do contrato.

9.1.8. Providenciar a substituição do produto, no prazo de até 30(trinta) dias, contados do comunicado da Guarda Municipal, sem quaisquer ônus, quando detectado qualquer defeito/imperfeição, durante o período de garantia.

9.1.9. Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas no contrato.

9.1.10. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, etc.

9.1.11. Assumir integral responsabilidade pela qualidade do material, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA X – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor especialmente designado, a saber: José Geraldo Gomes de Souza, Matrícula 58581.

10.2 – Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, o fiscal José Geraldo Gomes de Souza, deverá fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA XI- DA GARANTIA

11.1. A garantia dos objetos estipulados neste instrumento será de 12(doze) meses para os dispositivos elétricos incapacitantes, munições não letais e os lançadores de munições não letais é de 90(noventa) dias para demais itens, contados do recebimento definitivo pelo gestor da contratação.

11.2. A garantia será contra quaisquer vícios de qualidade /ou defeito que vierem a ser constatados e que impeçam ou limitem seu uso antes do término do referido prazo.

11.3. A obrigação de substituição será de responsabilidade da contratada, que deverá contatar o fabricante, se for o caso.

11.4. Em todos os casos de entrega ou retirada das munições, durante o período de garantia, os custos de transporte serão arcados exclusivamente pela contratada, sem qualquer ônus para a Guarda Municipal.

11.5. Durante o período de garantia, após comunicação da Guarda Municipal acerca dos vícios e/ou defeitos, ou no caso de constantes falhas das munições, estas deverão ser substituídas por outras novas, do mesmo modelo ou superior, sem qualquer ônus para o contratante. A contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para efetuar a troca



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

dos materiais, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

11.1 – Comete infração administrativa nos termos da Lei 8.666/93, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não mantiver a proposta.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.3. Multa de:

11.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso da entrega, limitada a incidência a 10(dez) dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.3.2. 0,2% (dois décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso da entrega, limitada a incidência do 10º (décimo) dia ao 15º(décimo quinto) dia. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.3.3. 0,8(oito décimos por cento) até 1,6% (uma vírgula seis por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso da entrega, limitada a incidência do 20º (vigésimo) dia ao 25º (vigésimo quinto) dia. Após o vigésimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

rescisão unilateral da avença;

11.3.4. 1,6% (uma vírgula seis por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia seja para reforço ou por ocasião de prorrogação, observado o máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento). O atraso superior a 25(vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

11.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	De 0,1% a 0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	De 0,2% a 0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	De 0,4% a 0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	De 0,8% a 1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	De 1,6% a 3,2% ao dia sobre o valor do contrato

11.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, de acordo com a tabela acima.

11.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Para efeitos fiscais e penais, dá-se ao presente contrato o valor de **R\$ 294.371,60**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

(duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

12.2 - O presente contrato é decorrente do PRC/042/2022, Inexigibilidade PMC/018/2022 e Processo Administrativo nº. PMC/8924/2022, ao qual se vincula o termo de referência.

12.3 - O contrato será executado de acordo com a Lei 8.666/93 e subsidiariamente ao tratamento do Código Civil em vigência.

11.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Congonhas-MG, para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

E, estando justas e contratadas, assinam as partes o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, 24 de junho de 2022.

GLAUCIO DE SOUZA
RIBEIRO:0417629869
3

Assinado de forma digital por GLAUCIO
DE SOUZA RIBEIRO:04176298693
DN: cn=GLAUCIO DE SOUZA
RIBEIRO:04176298693, c=BR, o=ICP-
Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5
Dados: 2022.06.27 10:50:09 -03'00'

Gláucio de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Social

LUIZ CRISTIANO VALLIM
MONTEIRO:0951955276
6

Assinado de forma digital por LUIZ CRISTIANO VALLIM
MONTEIRO:09519552766
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001009754026,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5, ou=31522005000108,
ou=PRESENCIAL, cn=LUIZ CRISTIANO VALLIM
MONTEIRO:09519552766
Dados: 2022.06.29 15:31:32 -03'00'

Luiz Cristiano Vallim Monteiro
Condor S/A Indústria Química

TESTEMUNHAS: 1ª

2ª